



PRIMEIRA LINHA OBRAS PÚBLICAS

Construtoras nacionais com um quarto das grandes obras

Os consórcios dos grandes grupos espanhóis estão a predominar nas adjudicações das obras públicas de maior dimensão em Portugal desde 2018. A confederação do setor exige ao Governo que crie condições para que as construtoras portuguesas se possam posicionar em igualdade de circunstâncias.

MARIA JOÃO BABO
mbabo@negocios.pt

As construtoras portuguesas, isoladamente, asseguraram apenas um quarto do valor adjudicado em obras públicas de maior dimensão desde 2018 até agora. Já os consórcios que integram grandes grupos espanhóis estão a predominar nas vitórias nos concursos acima de 7 milhões de euros, na ferrovia, metros e hospitais nos três anos.

De acordo com dados recolhidos pelo Negócios, em 2018 as construtoras portuguesas conseguiram ganhar empreitadas que representaram 40% do valor adjudicado nesse ano. No entanto, no ano passado, esse peso recuou para 9% do total, e este ano, em três concursos, não vão além dos 5%.

Entre 2018 e 2020, os dois concursos de maior dimensão foram ganhos por construtoras espanholas: a Sacyr venceu a empreitada de construção do subtroço Alandroal-Linha do Leste, por mais de 130 milhões de euros, enquanto a Acciona assegurou a empreitada do Hospital de Évora por 148,9 milhões de euros. Irá ser também uma empresa do país vizinho a ganhar o concurso para a renovação do troço Ovar-Gaia, da Linha do Norte, já que no segundo procedimento lançado pela Infraestruturas de Portugal (IP) – depois de o primeiro ter ficado vazio – as empresas portuguesas ou não concorreram ou apresentaram preços acima do valor-base, ficando apenas em jogo o consórcio da Azvi e a Sacyr.

A impossibilidade de enquadrar a sua proposta dentro do preço-base definido nos concu-

sos está a começar a ser recorrente para as construtoras nacionais. Foi isso que aconteceu para a obra do Hospital de Évora, para concursos do Ferrovia 2020 e mais recentemente para o lote 2 do prolongamento da rede do Metro de Lisboa.

Apelos ao Governo

A confirmação dos receios que tinham preocupado agora as construtoras nacionais, que alertam para os riscos do esmagamento dos preços e do aumento da litigância, com consequentes atrasos nas obras. O próprio Governo tem já explicado a demora em grandes projetos com os concursos desertos e as impugnações.

Ao Negócios, Manuel Reis Campos, presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI), salientou que o setor precisa “de reciprocidade no tratamento e a verdade é que isso nem sempre acontece, em especial em mercados que nos são próximos”. Em seu entender, as empresas portuguesas “devem ter acesso a condições de financiamento e estar sujeitas a uma fiscalidade que lhes permita ser competitivas”.

“Compete ao Governo criar condições para que as empresas portuguesas se possam posicionar em igualdade de circunstâncias com os demais concorrentes vindos da restante Europa”, diz Reis Campos.

Entre os entraves ao mercado das obras públicas identificados pela CPCI, o responsável aponta “a fixação pelos donos de obra de preços-base irrealistas, o que leva a que os concursos fiquem desertos ou nos quais todas as propostas fiquem acima da base, correndo-se o risco da sua ‘conversão’ em ajustes diretos”. Por outro lado, aponta “a inexistência de critérios obrigatórios e uniformes que permitam a identificação de propostas de preço



As construtoras portuguesas não estão a apresentar propostas em alguns concursos devido aos preços-base.

anormalmente baixo, o que conduz a decisões discricionárias por parte dos donos de obra”. A isto acrescem ainda “burocracias e atrasos processuais”, que penalizam quer os donos de obra, “que querem ver os seus projetos concluídos no tempo e no custo planeados”, quer as empresas do setor, que “são severamente prejudicadas por fenómenos como os atrasos nas adjudicações das obras e falta de transparência”, afirma. ■

Espanhola Acciona domina concursos em 2020

A espanhola Acciona assegurou só este ano empreitadas no valor de quase 200 milhões de euros em Portugal. A construtora apresentou a única proposta admitida para a construção do Novo Hospital Central do Alentejo, no valor de 148,9 milhões, tendo o júri proposto a adjudicação. De oito interessados, quatro concluíram não ter condições para ir ao concurso e três apresentaram preços acima do valor-base de 150,4 milhões. Já em consórcio com a Casais, a Acciona apresentou a proposta mais baixa ao lote 1 do concurso para a linha circular do Metro de Lisboa, entre as estações do Rato e Santos, de cerca de 47,7 milhões.

150

HOSPITAL DE ÉVORA

O concurso para o Hospital de Évora tinha preço-base de 150,4 milhões. De oito interessados só um foi admitido.

68

METRO DE LISBOA

O lote 2 do concurso do Metro tinha preço-base de 68 milhões. A Mota-Engil propôs 87,5 milhões e a TD 110 milhões.

Miguel Baltazar



“

ompete ao Governo
riar condições
ara que as empresas
ortuguesas se
ossam posicionar
m igualdade
e circunstâncias.

“

O tecido empresarial
nacional deve poder
tirar partido das
oportunidades no
mercado interno.

MANUEL REIS CAMPOS
Presidente da Confederação
da Construção

GRANDES CONCURSOS ADJUDICADOS ENTRE 2018 E 2020

Peso das construtoras nacionais está a diminuir

As empresas portuguesas, isoladamente, asseguraram 24% do valor total das adjudicações de obras de maior dimensão nos últimos três anos, mas o seu peso tem vindo a diminuir: em 2018 era de 40%, em 2019 de 9% e em 2020 não vai ainda além dos 5%.

2018

OBRA	CLIENTE	VALOR DA ADJUDICAÇÃO	ADJUDICATÁRIO
Ligação de Mondim de Basto à EN210	Infraestruturas de Portugal	7.627.891 €	Ramalho Rosa Cobetar
Linha de Évora - Empreitada subtroço Évora Norte-Freixo	Infraestruturas de Portugal	46.618.000 €	Comsa/Fergrupo/Construtora San Jose
Linha de Évora - Empreitada subtroço Freixo-Alandroal	Infraestruturas de Portugal	74.735.000 €	Mota-Engil
Linha de Évora - Empreitada subtroço Alandroal-Linha do Leste	Infraestruturas de Portugal	130.463.756 €	Sacyr Somague/Sacyr Infraestructuras
Reabilitação do IP3 - Nó de Penacova/Ponte sobre o rio Dão	Infraestruturas de Portugal	11.847.000 €	Embeiral
IP5 - Vilar Formoso/fronreira	Infraestruturas de Portugal	13.207.512 €	Conduril
Eletrificação da linha do Minho entre Viana do Castelo e Valença	Infraestruturas de Portugal	18.188.684 €	Fergrupo (Comsa)/Neopul (Sacyr)
IP1 - Ponte Internacional sobre rio Guadiana	Infraestruturas de Portugal	9.313.995 €	Conduril
Modernização da linha do Leste no troço Elvas/fronreira	Infraestruturas de Portugal	14.995.656 €	Teixeira Duarte
Modernização da linha da Beira Alta no troço Guarda-Vilar Formoso	Infraestruturas de Portugal	8.698.881 €	Teixeira Duarte

TOTAL ADJUDICAÇÕES 335.696.377 €
TOTAL A EMPRESAS PORTUGUESAS 132.798.046 €

2019

OBRA	CLIENTE	VALOR DA ADJUDICAÇÃO	ADJUDICATÁRIO
Ligação do parque empresarial de Formariz à A3	Infraestruturas de Portugal	8.989.958 €	Alexandre Barbosa Borges
Linha do Norte - Renovação de via do subtroço Ovar-Gaia	Infraestruturas de Portugal	55.324.530 €	Azvi/DST
EN326 - Feira/Escariz	Infraestruturas de Portugal	30.410.038 €	Ferrovial/Alberto Couto Alves

TOTAL ADJUDICAÇÕES 94.724.526 €
TOTAL A EMPRESAS PORTUGUESAS* 8.989.958 €

* Valor não inclui posição da DST no consórcio da Azvi, que não se conhece

2020

OBRA	CLIENTE	VALOR DA ADJUDICAÇÃO	ADJUDICATÁRIO
Conservação corrente e operação A23, IC10 e IP6	Infraestruturas de Portugal	9.680.000 €	Construções JJR
Hospital de Évora	ARS Alentejo	148.917.509 €	Acciona
Linha circular lote 1 (Rato-Santos)	Metro de Lisboa	47.690.000 €	Acciona/Casais

TOTAL ADJUDICAÇÕES 206.287.509 €
TOTAL A EMPRESAS PORTUGUESAS* 9.680.000 €

* Valor não inclui posição da Casais no consórcio da Acciona, que não se conhece

TOTAL ADJUDICAÇÕES 2018-2020 636.708.412 €
TOTAL A EMPRESAS PORTUGUESAS 151.468.004 €



PRIMEIRA LINHA OBRAS PÚBLICAS

Governo quer mudanças na contratação pública

O ministro das Infraestruturas assume preocupação com constrangimentos do Código dos Contratos Públicos, que responsabiliza pelo atraso de projetos. Concursos vazios e aumento das adjudicações a grupos espanhóis são também motivo de apreensão.

MARIA JOÃO BABO
mbabo@negocios.pt

Concorrência espanhola, concursos vazios e aumento da litigância. O Governo admitiu já estar preocupado com o curso que estão a começar a levar alguns dos grandes projetos de obras públicas lançados em Portugal.

No Parlamento, em meados de janeiro, o ministro das Infraestruturas salientou essas mesmas preocupações, assumindo a intenção do Governo de avançar com nova revisão do Código dos Contratos Públicos (CCP). "Queremos revisá-lo, queremos avaliá-lo, sempre com o cuidado de conseguirmos um equilíbrio", afirmou Pedro Nuno Santos, considerando que este código deve garantir "o escrutínio e rigor nas decisões dos decisores políticos mas sem se transformar em algemas que impeçam o Estado de fazer o seu trabalho". O responsável frisou que a legislação foi alterada em 2018 e que é preciso "tempo para perceber em toda a plenitude o que está a falhar".

"Estamos preocupados e olhamos com atenção para o CCP", frisou o ministro aos deputados, considerando que também no que respeita à litigância, apesar de o maior problema estar ligado ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos, "o CCP também tem consequências que nos podem criar dificuldades".

Questionado pelo Negócios sobre as mudanças que o Executivo quer introduzir na contratação pública, o gabinete de Pedro Nuno Santos remeteu o tema para a presidência do Conselho de Ministros, que, por sua vez, afirmou não ser



O ministro das Infraestruturas diz que são preferíveis concursos com preços mais altos e realistas do que artificialmente baixos.

possível fazer quaisquer comentários por ser "um processo que está ainda em estudo/preparação".

Sobre os fatores que têm provocado atrasos no desenvolvimento dos grandes projetos, designadamente do Ferrovia 2020, Pedro Nuno Santos lembrou que há outros patamares de decisão, como a avaliação ambiental ou o Tribunal de Contas, que não são passíveis de ser antecipados. Já "o CCP é uma parte que depende de nós", razão por que "temos de o ir revendo".

Quanto à tendência que começou a verificar-se em finais do ano passado, quando três concursos

3

CONCURSOS VAZIOS

A IP viu três concursos do Ferrovia 2020 ficarem vazios em finais do ano passado, tendo-os relançado a um preço mais alto.

lançados pela IP ficaram vazios, o ministro salientou que, "neste momento, estamos numa fase em que os preços estão a subir" e "a oferta é cada vez menor". "Temos cada vez mais empresas estrangeiras, nomeadamente espanholas, a ganhar concursos cá. É uma preocupação que também temos", afirmou, explicando que "estamos muito limitados, quase exclusivamente limitados ao preço".

O ministro reconheceu que os concursos vazios, que antes aconteciam em obras lançadas por municípios, chegaram ao Estado central, o que obriga "a lançá-los nova-

mente e a perder tempo". "Vamos agora lançar com preços mais realistas para o momento que a construção civil está a viver em Portugal", disse. "Terá de ser assim. Temos este programa - Ferrovia 2020 - para fazer, não queremos perder financiamento comunitário, temos de ir ao encontro dos preços que o mercado nos está a apresentar", apontou. Para Pedro Nuno Santos, "mais vale trabalhar com preços mais altos e realistas do que artificialmente baixos com consequências nas empresas de construção e no nosso trabalho porque depois ficávamos com obras paradas". ■

Manuel de Almeida/Lusa



PERGUNTAS

A REIS CAMPOS

Presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário



“Enquadramento legal não promove a sã concorrência”

Para Reis Campos, o Código dos Contratos Públicos está desajustado da realidade.



O que está a falhar na adjudicação dos concursos públicos dentro do calendário e dos preços previstos?

O enquadramento legislativo. O Código dos Contratos Públicos (CCP) é um normativo desajustado da realidade do setor e incapaz de cumprir os objetivos assumidos pela União Europeia, designadamente o aumento da transparência e a prevenção da corrupção e dos conflitos de interesses. A última revisão do CCP entrou em vigor há dois anos e foi incompleta, foi uma oportunidade perdida.

O que é preciso alterar?

O Código foi elaborado num contexto muito diferente do atual, em que as empresas atravessavam o mais profundo período de crise e não havia obras públicas nem privadas. Hoje, Portugal e Europa estão noutra situação e a realidade legislativa tem de traduzir essa evolução. Falta de mão de obra qualificada, inovação, sustentabilidade, construção 4.0, e infraestruturas verdes são questões que não foram equacionadas e que têm de ser incorporadas.

O que mais preocupa a CPCI no contexto atual?

O desajustamento de um CCP que potencia fenómenos como os concursos desertos, os preços anormalmente baixos, o excesso de custos e burocracia para as empresas.

De que forma pode o Estado intervir?

O Código dos Contratos Públicos potencia fenómenos como a concorrência desleal, os preços anormalmente baixos ou os concursos desertos.

MANUEL REIS CAMPOS
Presidente da CPCI



O Governo tem de promover a necessária revisão do CCP, assumindo a vontade de alterar o que está errado. O setor não pode continuar a debater-se com um enquadramento legal que não está ajustado à realidade do mercado, que não promove a sã concorrência nem a competitividade de um tecido empresarial que deveria estar a organizar-se para a nova década. O PNI 2030 tem de ser rapidamente aprovado e o CCP não pode ser mais um entrave neste processo. ■

PROJETOS

As obras que as construtoras ainda têm debaixo de olho

Algumas das maiores empreitadas previstas no país ainda não foram adjudicadas. Em vários casos tiveram de ser lançados novos concursos depois de os primeiros terem ficado vazios porque as propostas apresentadas foram superiores aos preços-base.



HOSPITAL DA MADEIRA

O Hospital Central da Madeira, que vai exigir um investimento da ordem dos 350 milhões de euros, recebeu no ano passado propostas de oito concorrentes, tendo uma delas – da Casais e Acciona – sido dada como excluída. O hospital vai ser cofinanciado em 50% pelo Governo da República.

350
MILHÕES €



HOSPITAL LISBOA ORIENTAL

As propostas para o Hospital Lisboa Oriental foram entregues a 31 de janeiro de 2019, mas hoje ainda não estão sequer escolhidos os concorrentes que vão à fase de negociação. Foram oito os consórcios que concorreram à obra, um investimento de 330 milhões, entre as portuguesas Mota-Engil e Teixeira Duarte e espanholas como a Ferrovial ou Servicios Hospitalarios CHUT.

330
MILHÕES €



METRO DO PORTO

Os concursos para a expansão do Metro do Porto já estão na reta final, depois de terem sido convidados sete consórcios a apresentar propostas para as empreitadas da Linha Rosa e da Linha Amarela, que representam um investimento de 307 milhões de euros. As ofertas dos agrupamentos portugueses e espanhóis pré-qualificados deverão ser entregues em março.

307
MILHÕES €



TÚNEIS DE DRENAGEM

A execução dos túneis de drenagem de Lisboa é a maior obra lançada pela autarquia da capital. No primeiro concurso, lançado em 2017, os candidatos apresentaram propostas acima do preço-base, que era de 106,3 milhões, tendo já sido lançado um novo procedimento, agora com um valor de 140 milhões.

140
MILHÕES €



LINHA DA BEIRA ALTA

A IP tem também para adjudicar a obra de modernização do troço Pampilhosa-Santa Comba Dão, na Linha da Beira Alta, depois de o primeiro concurso ter ficado deserto porque todas as propostas foram acima do valor base de 66 milhões de euros. A IP lançou já um novo concurso, agora com um preço-base de 80 milhões de euros (mais 21%).

80
MILHÕES €



METRO DE LISBOA

O concurso do Metro de Lisboa para a criação de uma linha circular estava dividido em dois lotes, um dos quais ficou vazio depois de a Mota-Engil e a Teixeira Duarte terem proposto preços acima da base. O Metro terá de lançar novo concurso para a obra entre as estações de Santos e Cais do Sodré. No primeiro, o valor-base deste lote era de 68 milhões de euros.

68
MILHÕES €



LINHA DO NORTE

O primeiro concurso para a renovação do troço Ovar-Gaia, da Linha do Norte, só recebeu propostas de construtoras espanholas, mas todas acima do preço-base que era de 49 milhões. A IP lançou já um novo concurso, com um valor de 60 milhões (mais 22%), sendo que só empresas espanholas têm possibilidade de ganhar.

60
MILHÕES €

negócios

negocios.pt

Terça-feira, 4 de fevereiro de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4174 | € 2,50
Diretor André Veríssimo | Diretor adjunto Celso Filipe

Governo admite aumento das consultas da ADSE

O subsistema de saúde está a discutir a subida do preço pago pelos beneficiários em hospitais e outros prestadores para melhorar a sustentabilidade e a qualidade do serviço.

ECONOMIA 12

ORÇAMENTO DO ESTADO

Proprietários de lojas ficam sem direito a desconto no IRS

Proposta do PS fixa que apenas as rendas de habitação têm benefício nos contratos longos.

Aumento extra a partir de maio dá mais 56 milhões a reformados

Sondagem: maioria dos portugueses aprova excedente orçamental

ECONOMIA 8 a 11 e HOMEPAGE 2

RADAR ÁFRICA



Angola vive entre mujimbos e verdades antes de tempo

Circulam informações, não confirmadas, de que o Tribunal Provincial de Luanda prepara novos arrestos. General Dino pode ser um dos alvos.

ECONOMIA 14

Construtoras nacionais só ganharam um quarto das grandes obras

Ministro das Infraestruturas admite mudanças na lei da contratação pública

PRIMEIRA LINHA 4 a 7



Paulo Novais/Lusa

Automóvel

Um em cada nove carros vendidos é híbrido ou elétrico

EMPRESAS 18

Banca

BPI vê queda no crédito ao consumo com limites do regulador



Pablo Forero diz que não vai acelerar venda da posição no angolano BFA.

EMPRESAS 16 e 17

Serviços financeiros

Pedido para liquidação da Orey Financial já está no tribunal

MERCADOS 20

Passes

Passageiros nos transportes aumentam mas só em Lisboa e Porto

EMPRESAS 19